

**AS BASES DO HISTORIADOR: A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS
HISTORIOGRÁFICOS E A ANÁLISE TEÓRICA DAS FONTES
PARA A PESQUISA SOBRE AS COMUNIDADES CIGANAS DO RIO
GRANDE DO SUL DOS ÚLTIMOS 20 ANOS**

**HISTORY BASIS: THE IMPORTANCE OF STUDIES
HISTORIOGRAPHICS AND THEORETICAL ANALYSIS OF SOURCES
FOR THE SURVEY ON THE RIO GRANDE DO SUL GYPSIES
COMMUNITIES OF THE LAST 20 YEARS**

**ANTECEDENTES HISTÓRICOS: LA IMPORTANCIA DE LOS ESTUDIOS
HISTORIOGRAFÍA Y ANÁLISIS TEÓRICO DE FUENTES
PARA LA INVESTIGACIÓN EN LAS COMUNIDADES GITANAS DE RIO
GRANDE DO SUL DE LOS ÚLTIMOS 20 AÑOS**

Patrick de Carvalho da Silvaⁱ

Resumo: A presente produção textual objetiva uma breve abordagem sobre algumas obras selecionadas, por este mestrando, e presentes na disciplina Estudos Historiográficos V do Curso de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo – UPF, e o diálogo adjunto a demais autores à problemática da importância das teorias históricas na abordagem a grupos sociais, em especial, a dos povos ciganos no Brasil, tema central da pesquisa em progresso. As aproximações teóricas trazem em seu cerne o norteamento de onde falamos e a partir do que estamos dispostos a analisar. De igual modo, os conceitos teóricos da história nos permitem as bases para definir os nossos objetos de estudo, os recortes temporais necessários e as fontes relevantes à pesquisa. Tendo em consideração que a história dos povos ciganos possui em sua concepção a história oral como uma das expressões de sua identidade, a abordagem teórica faz-se necessária como um contraponto a fim de desenvolver uma construção mais ampla e cognitiva frente às comunidades romani (ciganas), construindo teorias que auxiliem na interpretação da realidade e do mito.

Palavras-chave: Ciganos. Identidade. História Oral.

Abstract: The article aims at a brief approach about some selected works by this student, and present in the discipline Historiographical Studies V of the History Course of the

Institute of Philosophy and Human Sciences of the University of Passo Fundo - UPF, and the adjunct dialogue with other authors to the problematic of the importance of historical theories in the approach to social groups, in particular, of the gypsy peoples in Brazil, central theme of the research in progress. Theoretical approaches bring at their core the guiding from where we speak and from what we are willing to analyze. Similarly, the theoretical concepts of history give us the basis for defining our objects of study, the necessary time frames, and the sources relevant to research. Considering that the history of the Gypsy peoples has oral history in its conception as one of the expressions of their identity, the theoretical approach is necessary as a counterpoint in order to develop a broader and cognitive construction vis-à-vis the gypsies, building theories that help in the interpretation of reality and myth.

Keywords: Gypsies. Identity. Oral history.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo un breve acercamiento de algunos trabajos seleccionados, realizados por este alumno, y presente en la disciplina Estudios Historiográficos V del Curso de Historia del Instituto de Filosofía y Ciencias Humanas de la Universidad de Passo Fundo - UPF, y el diálogo adjunto con otros autores a la problemática de la importancia de las teorías históricas en el enfoque de los grupos sociales, en particular, de los pueblos gitanos en Brasil, tema central de la investigación en curso. Los enfoques teóricos traen en su núcleo la guía desde donde hablamos y desde lo que estamos dispuestos a analizar. Del mismo modo, los conceptos teóricos de la historia nos dan la base para definir nuestros objetos de estudio, los plazos necesarios y las fuentes relevantes para la investigación. Teniendo en cuenta que la historia de los pueblos gitanos tiene la historia oral en su concepción como una de las expresiones de su identidad, el enfoque teórico es necesario como contrapunto para desarrollar una construcción más amplia y cognitiva frente a las comunidades romaníes. (Gitanos), construyendo teorías que ayudan en la interpretación de la realidad y el mito.

Palabras clave: gitanos. Identidad. Historia oral

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história crítica pode ser considerada uma das peças chave no ofício de um historiador. Nisso, as teorias da história podem direcionar o pesquisador com interrogações, posicionamentos e questionamentos que o fazem mudar (ou não) suas perspectivas diante do objeto a ser esmiuçado. O passado é reconstruído no presente a partir da interpretação que é dada pelo historiador que se dispõe a pesquisá-lo. Nos últimos 20 anos, podemos testemunhar uma maior busca por produções acadêmicas que possam estreitar laços, compreender, contextualizar e reconhecer a importância que as comunidades ciganas, assim como quilombolas e indígenas, possuem na construção de nossa sociedade. Neste contexto, a base teórica e historiográfica frente a

(in)visibilidade dos povos ciganos, tema central da pesquisa deste mestrando, busca através da observação à ritualização de suas festas, usos, costumes, cotidiano e história ágrafa um diálogo emergente que vise contextualizar os fatos que envolvem essas comunidades. Nisso, também merece menção que, nas últimas décadas, muitos ciganos têm compreendido a importância de serem respeitados em suas tradições e direitos e, para tal, abrem suas tendas e casas recebendo os *gadjos ou gadjés* (não ciganos), que desejem trabalhar em conjunto e em prol de uma sociedade mais inclusiva e humanizada. Seria a busca histórica entre o “tempo da consciência” e o “natural biológico” afirmado por Reis (2011) onde o historiador está sempre por perto datando, catalogando e organizando os fatos de sua pesquisa. Nesse misto de aspectos culturais, tradicionais e humanos Reis destaca que:

Do lado cultural, ainda sempre datando, ele distingue as gerações que possuem afinidades, que participam de uma mesma memória, de uma mesma espera, ainda que distantes entre si, quanto às suas datas. Ele identifica as gerações que valorizam a tradição e as que inovam interrompendo a tradição (REIS, 2011, pg. 188)

Conhecer as comunidades ciganas não é uma tarefa fácil. Requer muito diálogo com os líderes locais, compreender suas demandas e ouvir suas críticas ao “mundo gadjé”. É saber que o agrafismo, ou seja, que sua história não possui uma intimidade com a escrita, contudo isso não desmerece a oralidade e a representatividade que a história de cunho ágrafa possui dentro da memória cigana. Ao ouvirmos suas histórias somos convidados a buscar “raízes de conhecimento” ao conectá-las com o tempo e espaço e suas relações históricas usando como metáfora a ideia de uma grande árvore de raízes longas e profundas que se conectam. Essas raízes culturais buscam manter vivas as tradições e conectar, de algum modo, o passado remoto ao presente.

Os rituais étnicos, por exemplo, possuem fortes traços de ligação parental e expressiva assimilação na memória coletiva de diversos grupos sociais. Nesse contexto a imagem da árvore destaca-se na história da memória cigana como uma figura simbólica, demonstrado, como uma expressão social que insere os indivíduos em um elo forte de ligação. Segundo Tedesco essa ideia:

Agrega ascendência e descendência; faz pensar o tempo longo e o tempo curto, o tempo genealógico e o espaço que se expande, os territórios migrados, os agentes e os motivos dessa dinâmica que envolveu quase todas as famílias que hoje ritualizam sua genealogia. (TEDESCO, 2011, p. 184)

Para Tedesco os grupos étnicos também buscam através da ritualização de suas festas, usos e costumes, uma maneira de manter viva a memória familiar e o pertencer a um grupo, local ou regional. Sob o olhar da busca por uma identidade que mesmo podendo mudar de uma geração para outra e assimilar aspectos de outros grupos sociais, caracteriza-se pela constante retomada dos seus ritos para fazer valer as experiências da memória coletiva e suas simbologias no espaço no qual os rituais e festividades são construídos e por inúmeras questões se vêem obrigados, ou por livre vontade, migrarem para outros locais.

MATURIDADE E SENSIBILIDADE DIANTE DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

A vida cigana é vasta e possui inúmeras raízes que assimilam aspectos do cotidiano da sociedade à sua volta. Nós temos uma vida finita enquanto aquilo que nos dispomos a pesquisar, no caso, os povos ciganos, tem uma vida infinita em sua oralidade e cultura mutáveis o que poderia acabar gerando um mal estar no pesquisador, pois este não conseguiria abarcar tudo aquilo que gostaria de pesquisar durante a sua curta existência. A consciência histórica seria a maturidade de perceber que temos nossas limitações e ousamos pesquisar aquilo que nos é apresentado e possível também dentro do contexto cigano. Sobre isso, Gaddis testifica que:

A consciência histórica, portanto, nos leva, assim como a maturidade, a ter, simultaneamente, um sentido de nossa própria significância e insignificância. Como o viajante de Friedrich, dominamos uma paisagem mesmo quando somos diminuídos por ela. Estamos suspensos entre sensibilidades que são estranhas umas às outras; mas é precisamente nesse estado de expectativa que nossa identidade – seja como uma pessoa ou um historiador – tende a residir. A dúvida em si mesmo deve preceder sempre a autoconfiança. Não deve nunca, no entanto, cessar de acompanhar, de desafiar e, assim, de disciplinar a autoconfiança. (GADDIS, 2003, p. 22)

Não existe uma versão mais “correta” do passado, e nisso, de certa maneira, enriquece a pesquisa no tocante as críticas e a diversidade de historiadores com suas inúmeras visões sobre um mesmo tema, por exemplo, sendo assim, produtivo em uma visão acadêmica do fato. Contudo, devemos ressaltar que o fato pelo fato em si, perde o significado sem as experiências históricas e a dosagem certa dessas experiências e vivências que envolvem a pesquisa. Em busca dessas experiências e vivências o

historiador também anseia por “caçar” a verdade e nisso, suas pesquisas devem tanger um conteúdo sólido e objetivo “desapaixonado de fato” como sugere Gaddis (2003) e a postura militante do pesquisador não pode ser o cerne da pesquisa acadêmica e sim a pesquisa histórica do tema proposto em suas vertentes.

Adentrando a pesquisa acadêmica postulamos uma busca criteriosa do tempo e espaço da narrativa a ser estudada. O historiador, segundo Gaddis (2003), busca uma *seletividade*, naquilo que concluí ser mais significativo e interessante à sua pesquisa e uma *simultaneidade*, ou seja, ser agraciado por poder estar em diversos lugares ao mesmo tempo. Isso ocorre a partir do momento em que pode adentrar os múltiplos assuntos inseridos dentro do tema principal e da problemática levantada. O pesquisador crítico questiona o que lhe é proposto a pesquisar e de onde parte para o início da mesma. Gaddis também observa a facilidade com que os historiadores conseguem mudar de uma escala para outra, ou seja, sair de um momento específico para algo mais amplo e vice-versa.

Os registros da história cigana não são uma tarefa simples de ser pesquisada instigando o lado desafiador do historiador em se aprofundar nas investigações. Não é novidade que a grande maioria das fontes que descrevem os ciganos provém de delegacias, órgãos públicos e pessoas que não os viam com bons olhos e assim os descreviam, em geral, de maneira estereotipada sem dar a devida importância de conhecer o interior dessas comunidades. É bem verdade de que, segundo os próprios ciganos, aos gadjés é revelado apenas aquilo que eles desejam que assim seja descoberto, testificando uma maneira de manter vivo os seus aspectos culturais sem a “contaminação” do mundo exterior. Os séculos de perseguições por onde as caravanas passaram conferiram aos ciganos determinados escudos de desconfiança, medo e estratégias de autopreservação, como por exemplo, a importância do elo familiar, mesmo que parte dos seus membros deixem os acampamentos e residam em endereços fixos.

O fascínio que a sociedade detém sobre as comunidades ciganas limita-se a observá-los com distância e a caracterizá-los apenas pelas danças, vestimentas e barracas, contudo quando podemos ter a oportunidade de conhecê-los de perto, seus usos e costumes, também somos convidados a desconstruir parte do imaginário que os cerca de fora para dentro dos acampamentos ao mesmo tempo em que conhecemos a sua visão de mundo. As origens deste povo, mesmo que ainda cercada em mistérios, pode ser observada, não em uma ideia linear e contínua, mas em diversas ondas migratórias. Segundo Sanchez:

Outra observação deve ser feita com relação à característica nômade de ser cigano. Insistimos em querer determinar de onde eles vêm. Um povo genuinamente nômade vem de todo e de qualquer lugar. Assim, será tão correto dizer que são da Índia quanto do Egito, da Grécia, Hungria e/ou Romênia, assim como da Espanha e de muitos outros lugares também. De qualquer modo, a origem étnica indo-ariana está comprovada por estudos lingüísticos, antropológicos, etnológicos, historiográficos e históricos. (SILVA, 2004, p. 94)

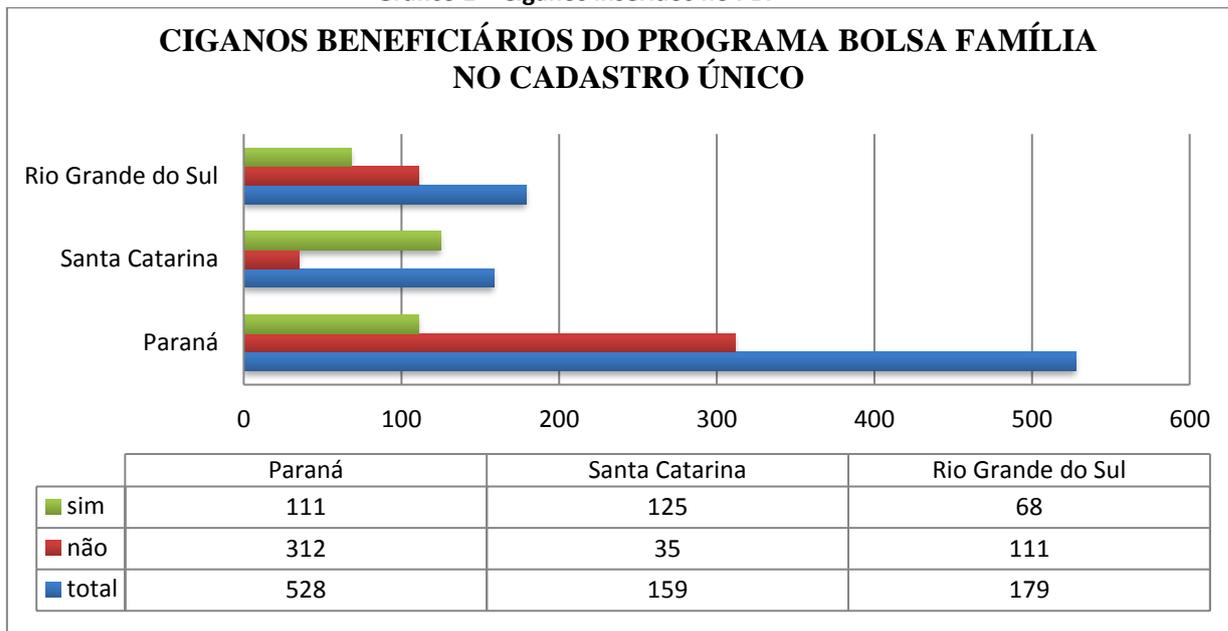
Compreender essas idas e vindas das comunidades cigana pelo mundo e pelo tempo nos leva a refletir sobre o porquê de sua permanência em cada região e que exigia certo prazo de validade. Na Europa Medieval, por exemplo, ciganos eram vistos e descritos como pessoas hereges e selvagens por não se sujeitarem aos dogmas e regramentos da religião católica tendo o nomadismo algo por vezes imposto por questões de contrastes em suas crenças já que a maioria não aceitava os laços matrimoniais dentro das igrejas ou ainda o batismo católico de suas crianças. Após a “descoberta” do Novo Mundo pelos europeus, ciganos estavam rotineiramente nas listas de degredados para as colônias junto a ladrões, baderneiros e pessoas tidas de má índole. Nisso, ainda no século XVI, chegava ao Brasil às primeiras famílias ciganas vindas principalmente de Portugal, deixados aqui a própria sorte. Vanelli (2010) observa que esses degredados não possuíam liberdade de escolha, pois ou eram enviados as colônias, ou presos ou mortos. A prática da cartomancia, sempre associada à feitiçaria ou até mesmo a venda de seus artesanatos poderia levar uma cigana a degredação. Como não pagavam tributos, muitos eram perseguidos pela informalidade de seu comércio. Sempre havia motivos para expulsar os ciganos dos locais onde tentavam a sorte e neste nomadismo compulsório, as perseguições eram mais um motivo para os constantes deslocamentos.

Da mesma maneira as políticas de perseguição não cessaram nas colônias. Assim, os ciganos, continuaram em sua (in)visibilidade, por um lado para promoverem a própria segurança, mas por outro, manter as suas tradições. Frisamos também que quando mencionamos “comunidades ciganas”, não devemos visualizar um único povo, de uma única etnia ou vínculo familiar. Existem diversas etnias e ramificações das mesmas e cada uma com suas particularidades que vão sendo construídas como uma imensa colcha de retalhos por onde suas caravanas passam. Nisso, Silva nos mostra que:

Calon é a denominação cigana na Península Ibérica: Espanha, Portugal, assim como aos ciganos deportados destes dois países às colônias, no continente americano e nas ilhas da África [...]. **Sinti** ou **Sinté** é a denominação utilizada no Oriente, na Grécia, Egito e em alguns países como Itália, Alemanha, Sérvia e França. [...]. **Rom** significa homem cigano, é a denominação usada nos demais países. Além desses grupos, os ciganos se subdividem em numerosos subgrupos de acordo com a região, profissão ou antepassado comum. Dentre os mais conhecidos temos os: - **Kalderashes** ou caldeireiros, que trabalham os metais; **Matchuwaia** (de origem iugoslava); **Mordovaia** (Romênia, Hungria); os **Thurari** (cesteiros, artesãos de palha); os **Horahane** (de origem turca ou árabe); os **Lovari** (comerciantes de cavalos); [...], e muitos outros. (SILVA, 2004, p. 74, grifo meu)

Essa diversidade étnica demonstra a pluralidade de diálogos e crenças, contudo com elos familiares que ajudam ao pesquisador observar as características que cercam essas comunidades. Karpowicz (2018, p. 146) destaca alguns exemplos como “a forma de moradia, as práticas matrimoniais, o papel atribuído aos mais velhos, à hierarquia tanto de idade quanto de gênero, práticas lingüísticas, profissão, aparência (roupas, adornos), estrutura familiar, importância à virgindade da mulher, ritual de casamento, leis próprias, festas, luto demorado”. Tais conexões constroem laços e também auxiliam nos estudos das narrativas que nos propusemos a analisar. Muitas destas características culturais e tradicionais do povo cigano, em partes, dificultam o recolhimento de dados principalmente em relação às comunidades ainda adeptas do nomadismo. Um dos aspectos sociais que destacamos nesta análise, por exemplo, está inserido no Cadastro Único do Governo Federal, o Programa Bolsa Família que também contempla as famílias ciganas. Segundo os dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, observemos a tabela abaixo.

Gráfico 1 – Ciganos inseridos no PBF



Fonte: Gráficos elaborados pelo autor, a partir dos dados obtidos no Informativo Atendimento a Povos Ciganos - MDS

A tabela acima demonstra as ações pertinentes ao Programa Bolsa Família em relação aos ciganos da região sul do país. É possível observar que poucas famílias foram alcançadas pelo programa com pequeno destaque para Santa Catarina. Vanelli comenta que:

A ideia de inclusão dos povos ciganos na perspectiva dos gadjés é sempre problemática pelo diferencial de contextualização entre realidades distintas, mas que para os ciganos são interdependentes no aspecto econômico, já que é na sociedade gadjé a fonte de sua sobrevivência, enquanto para os gadjés a sociedade cigana é indiferente, percebida a sua existência somente quando visualizados em seus territórios pelos acampamentos porque quando migram são esquecidos. Tal situação se compara com as políticas públicas direcionadas aos povos ciganos, onde existem mais intenções quando os ciganos são visualizados nos congressos, conferências ou audiências públicas, do que ações posteriores que dependem exclusivamente dos gadjés. (VANELLI, 2010, p. 261)

Aos ciganos ainda é limitado o acesso a diversos benefícios do governo por questões burocráticas ou ainda pela falta de documentação. Muitos não possuem certidão de nascimento e até mesmo carteiras de identidade e de trabalho. Contudo, devemos lembrar que nos últimos 20 anos, muitas políticas públicas tem sido desenvolvidas na tentativa de mudar esse quadro. É no diálogo franco e aberto com os ciganos que podemos estreitar os laços e conhecer a sua história. Nessa troca de experiências, a tradição oral

faz parte da história da comunidade cigana e dela se alimenta. Sobre esta forma de pesquisa, Correa (1978, p. 31) intercede que:

O que interessa a História oral é a experiência individual, única e inédita de cada entrevistado. O valioso para a História oral é poder se conseguir elementos novos sobre cada caso, elementos que ainda não foram registrados e, portanto, publicados (apud Heinsfeld, 2013, p. 212)

Tendo em vista a importância de se perceber como a sociedade da região sul, atualmente observa as comunidades ciganas podemos dialogar com Heinsfeld (2013, p. 215) quando argumenta que: “através da História oral se dá espaço aos sujeitos anônimos da história na produção e divulgação desta, procurando articular suas narrativas aos contextos e elementos do(s) objeto(s) em pesquisa”.

OS MÉTODOS E ABORDAGENS HISTÓRICAS DIANTE DOS DESAFIOS DA MODERNIDADE E VIDA CIGANA

O cigano é conhecido não apenas pela sua facilidade com as palavras como também na habilidade de se tornar invisível para a sociedade a sua volta, quando assim, ele achar conveniente. Sua história ágrafa limita-se, em geral, na história da terceira geração familiar e é fato que ao mundo gadjo descortina-se o véu de seu passado somente naquilo que o cigano quer expor. Todavia, o mundo à sua volta já não é mais o mesmo e muito menos os acampamentos. Diversos jovens ciganos buscam os estudos e tentam harmonizar o dia a dia de uma universidade aos usos e costumes de seu povo. Silva comenta que:

Parece que foi-se o tempo em que a escola era dispensável para a sobrevivência desse ou de qualquer outro povo. Até cinquenta anos atrás um povo comerciante como o cigano podia se dar muito bem tendo a “vida fora da escola”. Como caldeireiros, vendedores ambulantes, artesãos, artistas de circo, músicos etc. eles sempre tinham trabalho. Com o advento das indústrias, as peças artesanais em metal tornaram-se “peças raras dos museus” ou de colecionadores. Hoje, com a lógica moderna do consumo, a fabricação em série e até mesmo o surgimento de escolas de circo, pouca ou nenhuma chance restou ao cigano sem escolaridade na disputa pela sobrevivência. (SILVA, 2006, p. 104)

Podemos também caracterizar que o senso comum cultural construído entorno da afirmação de falta de fontes bibliográficas sobre as comunidades ciganas possuem

aspectos que podem diferenciar de região para região e pode ser influenciada pela cultura local, diminuindo a vontade da pesquisa em si e de quem pretende fazê-la. Em algumas regiões a sociedade gadjos vive em harmonia com os acampamentos, enquanto em outras localidades a exclusão e preconceito são mais agressivos e segregacionistas. Ambas podem ser influenciadas sob o aspecto cultural deste senso comum, porém, não deveriam ser esquecidas ou isentas de serem pesquisadas e documentadas. Seignobos nos lembra que:

A história não é uma ciência exata, ela é um “conhecimento através de rastros”...Assim, é preciso, inicialmente, aplicar o método histórico às ciências sociais para interpretar os documentos de que necessitamos. Em seguida, quando os fatos são reunidos, deve-se agrupá-los seguindo um método idêntico ao da história (SEIGNOBOS, 2010, p. 391)

Dialogar com as teorias históricas é também proporcionar momentos de trocas de experiências em sala de aula, qualificar docentes e demais funcionários das instituições de ensino, debater de maneira reflexiva desconstruindo o senso comum sobre o que se entende por ciganos e uma abordagem historiográfica em conjunto com a problemática levantada. Dentro deste contexto, salientamos a importância do papel do historiador também como agente da educação inclusiva. Para Martins (2015, p.82) “a tarefa do historiador consiste na exposição do “acontecimento”. Tanto maior será o seu sucesso quanto mais pura e completa possível for esta exposição”. Martins (2015) também salienta que ao historiador que busca uma “verdade” histórica, se faz necessário percorrer dois caminhos distintos: investigar de maneira imparcial e com a maior exatidão possível os acontecimentos a ele apresentados, sem esquecer-se de colocar à mesa uma fundamentação crítica do fato e ao mesmo tempo, dialogar com os resultados conseguidos e abrir possibilidades sobre aqueles não concluídos. Esses dois trajetos precisam ocorrer, pois existe o perigo do pesquisador buscar apenas o primeiro trajeto, ignorando o segundo e, com isso, falsificar momentos significativos do objeto pesquisado.

Analisando as problemáticas contemporâneas o historiador reconstrói o passado, não como ele era, pois é inacessível, mas através das investigações pertinentes e das problemáticas apresentadas no presente. Quando detemos o nosso olhar para o comportamento das comunidades ciganas em relação aos gadjos também olhamos como as novas gerações ciganas fazem parte deste processo e como se relacionam com a sua própria história. Para Reis:

Pertencer a uma geração ou suceder não é ter a mesma idade ou ser mais jovem, mas possuir uma contemporaneidade de influências, eventos e mudanças. Um todo com aquisições comuns, orientações comuns e recusas comuns. Pertence-se a uma geração por afinidades sutis, pela participação em um destino comum (REIS, 1996, p. 236)

Ao dialogarmos com Reis, percebemos a importância de conhecer também as novas gerações de ciganos e o quanto a memória permanece “viva” no agrafismo que é parte integrante destes povos. Ao compreendermos como os jovens ciganos lidam com a sua própria história passamos a observar que apesar dos atrativos que o mundo possa ter a oferecer, a identidade cigana tende a se fazer presente, seja pelos dialetos próprios, o vestuário, as festividades ou o modo diário de vida. Os aspectos culturais não são desvinculados da história do povo cigano por alguns destes deixarem o nomadismo ou decidirem seguir uma formação acadêmica, por exemplo. Os traços marcantes dos usos e costumes são sempre revisitados e incentivados pelos mais velhos. Somado a isto temos a trajetória de perseguições e exclusão que se tornou uma espécie de catalizador da valorização da cultura cigana entre seus pares. Sobre isso, podemos voltar às palavras de Reis quando este afirma que:

Do lado cultural, ainda sempre datando, ele distingue as gerações que possuem afinidades, que participam de uma mesma memória, de uma mesma espera, mesmo distantes entre si, quanto às suas datas. Ele identifica as gerações que valorizam a tradição e as que inovam, interrompendo a tradição. (REIS, 2015, p. 237)

É importante salientarmos que o historiador deverá sempre ter em mente as percepções sobre o tempo, já que é sua matéria prima. Poder compreender as mudanças e permanências de determinados aspectos culturais das tradições ciganas. É o passado, porém medido pela categoria da temporalidade. Reis (2015, p. 237) ressalta que “para mediar esse diálogo, para estabelecer o contato entre as gerações, o historiador precisa de uma terceira conexão entre o tempo da consciência e o natural: trata-se dos vestígios, arquivos, bibliotecas, acervos”.

Dialogando com estas possíveis conexões, podemos ter uma maior compreensão da complexidade das narrativas apresentadas pelas comunidades ciganas e a sociedade que os rodeia. Ao pesquisarmos documentos policiais, por exemplo, na maioria dos casos envolvendo ciganos, são eles vistos como os causadores das infrações, algo que se nos remete ao imaginário que deles foi construído, contudo se não observarmos, quando possível, os testemunhos também dos ciganos não estaríamos fadados a uma análise

parcial e incompleta da pesquisa? Se para determinados segmentos sociais os ciganos ainda são um povo invisível, para muitos ciganos essa invisibilidade está sendo deixada de lado.

É comum vermos representantes dos ciganos em vários encontros acadêmicos, em debates e visitando as redes de educação contribuindo para as mudanças quanto aos estereótipos que foram criados sobre eles. Uma maneira humanizada de estreitar os laços com os gadjés quando estes estão dispostos a ouvi-los. Essas conexões ainda nos permitem trazer novas percepções sobre o que conhecemos dos acampamentos ciganos.

O mapeamento das famílias ciganas é algo recente no país. Seja pela falta de interesse dos órgãos federais ou a dificuldade de acompanhar as rotas do nomadismo no país. Os primeiros passos para um censo iniciaram em meados dos anos 2005, porém, tomaram forma, de fato, apenas em 2009. O último censo sobre os acampamento existentes no país foi elaborado em 2014, como podemos destacar na tabela abaixo:

Tabela 1 - Municípios, total e com acampamento cigano e local destinado para este fim, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.

Unidades da Federação	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do sul	Total de municípios da região sul
2009				2009
Total de municípios	399	293	496	1188
Total de municípios com acampamento cigano	22	12	20	
Locais destinados para este fim	-	-	-	
2011				2011
Total de municípios	399	293	496	1188
Total de municípios com acampamento cigano	22	15	17	
Locais destinados para este fim	3	1	2	
2014				2014
Total de municípios	399	295	497	1191
Total de municípios com acampamento cigano	24	11	15	
Locais destinados para este fim	8	1	3	

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE. 2009, 2011 e 2014

Sobre este censo verificamos pouca mudança em cinco anos, contudo a pesquisa de campo foi de vital importância para traçar metas para os processos de inclusão e cidadania às etnias ciganas brasileiras. Entretanto, tal morosidade e interrupção nas pesquisas acaba prejudicando a implementação de novas pesquisas de cunho histórico

recente. Contudo, isso não deve ser um obstáculo ao pesquisador, sendo que, os dados estatísticos não são a sua única fonte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira breve, podemos refletir e dialogar com as propostas de diversos autores e a importância de uma base sólida sobre os estudos historiográficos frente as pesquisas que nos dispomos a construir sobre as comunidades ciganas. De igual modo, o texto procurou observar o cuidado ao selecionar as fontes para o pesquisador mediante o fato do reconhecimento de que elas não são verdades absolutas em si mesmas e que as fontes precisam manter uma franca aproximação com aspectos críticos e reflexivos aos documentos apresentados, demonstrando, de igual modo, a preocupação com o tempo e as conjunturas investigadas.

Apesar das comunidades ciganas serem, por muitos, consideradas um segmento invisível da sociedade, nos questionamos até onde isso é, de fato, verdade. Algumas indagações ainda precisam ser novamente visitadas ao longo desta e demais pesquisas como, por exemplo: o que compreendemos como “ser visível e invisível”? Essa invisibilidade é presente de maneira homogênea no Estado do Rio Grande do Sul? Seria essa invisibilidade apenas de fora (sociedade gadjo), para dentro, ou ocorre também do “mundo cigano” para fora? Algo mudou nos últimos 20 anos em relação ao protagonismo dos ciganos? A história pode nos mostrar os caminhos para possíveis transformações?

Também é evidente que ao historiador caberá ser um espectador diante dos fatos a ele propostos e a possibilidade de tecer fios condutores de construção e desconstrução do que se é conhecido, não cabendo ao mesmo tornar a pesquisa e o tema que investiga uma militância pessoal. Em contrapartida o pesquisador deverá reconhecer que jamais conseguirá pesquisar tudo ao seu redor, contudo, que isto não deva ser o motivo de uma possível frustração, mas que abra caminho para que futuros pesquisadores tenham a possibilidade de prosseguir nas investigações.

REFERÊNCIAS

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HEINSFELD, Adelar. *Sob a inspiração de Clio: uma introdução ao estudo da história*. 2 ed. São Paulo: DPP Editora; Passo Fundo: PPGH-UPF, 2013.

KARPOWICZ, Débora Soares. *Ciganos: História, Identidade e Cultura*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

MARTINS, Estevão R. (org.) *A História pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

REIS, José Carlos. *O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos Annales: uma articulação possível*. In: *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

REIS, José Carlos. *O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica*. Revista de Teoria da História Ano 3, Número 6, p. 04-26, dez, 2011.

SILVA, Valeria Sanchez. *Devir cigano: o encontro cigano-não cigano (rom-gadjé) como elemento facilitador do processo de individuação*. 2006. 244 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15500>> Acesso em: 12 nov. 2019.

SEIGNOBOS, Charles. *O método histórico aplicado às ciências sociais*. In: MALERBA, Jurandir (org.) *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

TEDESCO, João Carlos. *Passado e Presente em interfaces: introdução a uma análise sócio-histórica da memória*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, p. 143-187, 2011.

VANELLI, Marta. Nomadismo Cigano: migração dos excluídos. Cadernos do CEOM – Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, v. 23, n. 32, p. 259-266, jun. 2010. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/678>> Acesso em: 12 nov. 2019.

Submetido em: 05/03/2020

Aprovado em: 02/04/2020

Publicado: 1º/05/2020

¹Mestrando do Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2019.2